

Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-073 Versão 7

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502573430	ADICES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
Morada (Sede Social)	
SANTA COMBA DÃO	
Código Postal	Localidade
3440-366	SANTA COMBA DÃO
NUT III	NUT II
Viseu Dão Lafões	Centro
Telefone	E-mail
232880080	adices@adices.pt
Telefax	

URL**Tipologia de Beneficiário**<http://www.adices.pt/>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação**Nome Responsável**

REGINA LOPES

Telefone Responsável

232880080

Cargo Responsável

DIRETORA EXECUTIVA

Telemóvel Responsável

967219513

Serviço/Departamento

COORDENAÇÃO

Email Responsável

regina.pinto@adices.pt

Email Alternativo

adices@adices.pt

Experiência da Parceria**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A experiência da ADICES ao longo de 24 anos, como parceria local, entidade gestora e entidade beneficiária, permitiu-lhe desenvolver um conjunto vasto de competências relevantes para a sua função de Organismo Intermédio e de GAL, e dominar a mecânica de funcionamento dos fundos estruturais. O 1º Programa LEADER e os Planos de Intervenção (PO CENTRO/AGRIS) foram “multifundos” (FSE, FEOGA e FEDER), os programas LEADER subsequentes foram FEOGA e FEADER, a I.C. NOW I II, o EUROFORM, as ações de formação e a atividade CNO foram FSE, o INTERREG foi FEDER. Ao longo do tempo, a associação foi certificada e reconhecida em valências muito específicas: em 2000 como entidade de utilidade pública, em 2009 renovou a sua acreditação como entidade formadora e, em 2013, reconhecida no âmbito da Bolsa de Terras. Desde 1991 e, em 4 períodos de programação sucessivos que, esta associação foi sendo reconhecida como entidade gestora da abordagem LEADER no território. Toda esta experiência, permitiu consolidar na ADICES uma equipa de 8 elementos, com habilitações académicas e profissionais diversas, com uma maturidade profissional significativa que, permitem responder de forma muito satisfatória a um conjunto de tarefas necessárias à sua função de OI/GAL.

Sinalizam-se de seguida alguns dos resultados alcançados nas diferentes áreas de atuação com especial incidência no último período de financiamento:

Experiência/resultados como OI - Desde 1991, foram aprovados pela ADICES, 495 projetos com um investimento de 33.332.933€, valor que representa uma média de 21 projetos e 1.449.258€ de investimento total por ano. Os projetos incidiram nas áreas da valorização dos recursos humanos; da agricultura, silvicultura e pecuária; da indústria; do comércio e serviços; do artesanato; do turismo; do ambiente; da cultura; do lazer e desporto; das infraestruturas e equipamentos e do património.

No PIC LEADER I (1991-1995) foram aprovados 90 projetos com um investimento total de 5.546.749€, e uma comparticipação U.E de 2.579.714€ (46,51%), com uma média de investimento por projeto de 61.631€.

No PIC LEADER II (1995-2000) foram aprovados 141 projetos com um investimento total de 5.727.624€, e uma comparticipação U.E de 3.729.976€ (65,12%), com uma média de investimento por projeto de 40.621€.

No PIC Leader+ (2002-2007) foram aprovados 115 projetos com um investimento total de 5.177.211€ e uma comparticipação U.E de 3.555.291€ (68,67%), com uma média de investimento por projeto de 45.019€. Foi apoiada a criação e manutenção de 227 postos de trabalho (79% mulheres, entre 25 aos 45 anos).

No PACTO LEADER/ADICES (2007-2014) foram aprovados 124 projetos com um investimento total de 15.230.049€ e uma comparticipação U.E de 9.206.659€ (60,45%), com uma média de investimento por projeto de 122.823€. Foram criadas 34 novas empresas e 189 novos postos de trabalho (42% jovens e 44% mulheres); foram criadas 2 empresas de animação turística e 10 unidades de alojamento TER (57 quartos/114 camas); foram apoiados 18 projetos na área do património rural e 34 projetos de serviços básicos à população.

Experiência e resultados em outras áreas - 25 projetos financiados no âmbito do AGRIS e PO CENTRO (requalificação e renovação de aldeias), com um investimento total de 1.651.300€.

Experiência e resultados na área da EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO – A ADICES criou 3 Escolas Profissionais (Mortágua, S. C. Dão, Tondela); realizou 163 ações de formação (6,8 ações/ano), abrangendo cerca de 1.800 formandos (75 formandos/ano). Com o CNO foram certificados 2.300 adultos (441 adultos - nível secundário; 1861 - nível básico), ou seja 3, 84% da população residente.

Experiência e resultados na área da ANIMAÇÃO LOCAL/COOPERAÇÃO – O trabalho de animação territorial desenvolvido foi centrado num processo de intensa mobilização e capacitação de pessoas e organizações da região. Foram organizadas e realizadas múltiplas iniciativas: promoção do associativismo, da música, da gastronomia, dos produtos e das artes e ofícios locais; encontros, feiras, festas temáticas, mostras de produtos, oficinas e seminários; ações de sensibilização ambiental e de dinamização cultural; organização de tempos livres com as crianças; produção de diversas publicações de literatura oral e materiais didáticos; dinamização da Rota de Gastronomia. Neste último período destaque para a temática agrícola com a realização de sessões sobre os - Novos Apoios da PAC/PDR 2020 com 330 agricultores e com a consolidação do projeto "ROTAS DA AGRICULTURA" (articulação de entidades locais para a dinamização do setor da agricultura no território). A cooperação nacional e transnacional desempenhou um papel relevante em temáticas como os produtos locais, a educação, a identidade do território, o património entre outras.

Destaca se, ainda, a matriz relacional que a organização construiu ao longo do tempo e que, lhe permite dispor de uma importante rede de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
502573430	ADICES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	22/01/1991	22/01/1991	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501052925	ACERT – Associação Cultural e Recreativa de Tondela	28/03/1980	28/03/1980	94991	Associação/Peessoa coletiva de utilidade pública
503242519	ADERETON – Associação de Desenvolvimento da Região de Tonde	25/03/1994	25/03/1994	56290	Associação/Instituição particular de solidariedade social
600076180	Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal	01/07/2010	01/07/2010	80211	Ensino Público
600084027	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTA COMBA DÃO	02/08/2010	02/08/2010	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
501975691	Associação Agro-pecuária do Vale de Besteiros	03/10/1985	03/10/1985	75000	Associação
500832668	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE AGUEDA	03/07/1976	01/01/1986	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
508399483	Associação de Freguesias da Serra do Caramulo	17/03/2008	17/03/2008	84113	Associação/Peessoa coletiva de direito público
503421880	Associação de Produtores Florestais de Mortágua	24/05/1994	24/05/1994	94995	Associação/Entidade de direito privado
510992072	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO PLANALTO BEIRÃO - APFPB	22/01/2003	01/04/2004	94992	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510322433	Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão	15/09/2006	29/06/2006	94120	Associação sem fins lucrativos
500971307	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE SANTA COMBA DÃO	06/11/1915	06/11/1915	84250	Proteção Civil

501841393	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA BARRADA E DA AGUIEIRA, C.R.L.	06/03/1987	01/04/1987	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
507645308	Caixa de Crédito Agrícola Mútuos Terras de Viriato	10/05/2007	10/05/2007	64190	Cooperativa
501690379	CENTRO CULTURAL DE CURRELOS	28/05/1986	28/05/1986	94991	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504459864	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. JOANINHO	20/01/1999	01/09/2006	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502481625	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. JOÃO DE AREIAS	08/10/1990	31/10/1997	87302	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501477381	CLUBE RECREATIVO DE SÃO JOANINHO	21/12/1984	21/12/1984	94991	Associação
502265531	COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DO DÃO (CVR DO DÃO)	29/03/1989	07/11/1989	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
507663500	Confraria do Cabrito e da Serra do Caramulo	27/04/2006	01/01/2007	91333	Associação cultural sem fins lucrativos
500075310	COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS LAVRADORES DE AGUEDA CRL	08/08/1959	09/09/1959	85591	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
510742491	COOPERATIVA TERRAS DE BESTEIROS, CRL	05/07/2013	05/07/2013	23411	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
504305590	EBA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LIMITADA	30/11/1999	30/11/1999	85320	Escolas Profissionais Privadas
504617427	ESCOLA PROFISSIONAL DE TONDELA (EPT) - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E RESPONSABILIDADE LIMITADA	13/08/1999	13/08/1999	85591	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

501303723	Filarmónica de Cabanas de Viriato	02/04/1872	02/04/1872	91331	Associação sem fins lucrativos
501091122	Filarmónica de Santa Comba Dão	28/09/1820	19/09/1994	90020	Associação sem fins lucrativos
500792640	FUNDAÇÃO ABEL E JOÃO DE LACERDA	17/02/1958	17/02/1958	91020	Fundações Privadas
501607935	Fundação BALMAR-Fundação de Beneficência e Cultura	23/11/1983	01/01/2001	87301	Fundação/IPS S
503094170	FUNDAÇÃO JOSE NUNES MARTINS	02/11/1953	01/11/1998	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501488073	GRUPO DESPORTIVO SANTACOMBADENSE	17/06/1953	06/02/1990	93192	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
503366110	IEBA - CENTRO DE INICIATIVAS EMPRESARIAIS E SOCIAIS	27/12/1994	15/03/1995	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	01/01/1834	01/01/1834	84113	Autarquias Locais
506684920	MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL	01/01/1930	01/01/2013	84113	Autarquias Locais
506855368	MUNICÍPIO DE MORTÁGUA	01/01/1900	01/01/1900	84113	Autarquias Locais
506637441	MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO		01/01/1900	84113	Autarquias Locais
506822680	MUNICÍPIO DE TONDELA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
503808610	PROJAR - Soc. Gestora de Participações Sociais	25/10/1996	18/11/1996	64202	Empresa (S.A.)
504815059	PUBLIDÃO - EDIÇÃO DE JORNAL, UNIPessoal LDA	17/02/2000	01/03/2000	58130	Sociedades Comerciais
501921273	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CARREGAL DO SAL	23/12/1986	01/01/1994	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)

501103546	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MORTAGUA	14/08/1948	14/08/1948	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
500730725	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTA COMBA DÃO	24/03/1974	24/03/1974	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
501082921	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TONDELA	25/05/1952	28/09/2001	87902	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
501252207	T.E.M.-TEATRO EXPERIMENTAL DE MORTAGUA	20/07/1981	20/07/1981	90010	Associação cultural sem fins lucrativos
504656392	VÁRIOS - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL CRL	26/11/1999	21/09/1999	88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
116049790	Afonso Sequeira Abrantes				Pessoas Singulares
100004695	António Manuel Tenreiro da Cruz				Pessoas Singulares
104334355	Atilio dos Santos Nunes				Pessoas Singulares
149148437	Carlos Manuel Marta Gonçalves				Pessoas Singulares
152903640	João António de Sousa Pais Lourenço				Pessoas Singulares
105042668	Jorge Manuel Ferraz Festas				Pessoas Singulares
111874211	Orlando Fernandes de Carvalho Mendes				Pessoas Singulares
175231222	Regina Maria Pinto Lopes				Pessoas Singulares

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Viseu Dão Lafões

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O território de atuação localiza-se na zona norte da Região Centro, na confluência das NUT III Viseu Dão Lafões, Baixo Vouga e Região de Coimbra, abrangendo a totalidade dos concelhos de Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.

A. Ativos naturais

Com uma área com 1.186,54km², trata-se de um território de charneira entre o litoral e o interior, com 3 grandes elementos naturais que o estruturam: Água (extensa rede hidrográfica com integração nas Bacias Hidrográficas do Mondego e do Vouga, praias e parques fluviais, barragens, Ribeira do Paúl e Aguieira; águas mineromedicinais de Sangemil e Granjal); Serra (Serra do Buçaco e a Serra do Caramulo com fauna e flora diversificada e potencial para produção de energia eólica e desenvolvimento de turismo); e Floresta (elevada presença do eucalipto, seguido do pinheiro-bravo, mas com uma crescente plantação de espécies autóctones). Parte do território (5%) é abrangido pela Rede Natura 2000, integrando dois SIC, uma ZPE e um sítio RAMSAR.

Apesar do potencial de valorização destes recursos persistem fragilidades para o seu aproveitamento:

- Ordenamento dos recursos hídricos, processos de retenção de água, limpeza e acessibilidade de albufeiras, controlo da qualidade da água
- Ordenamento agrícola e florestal, dimensão das propriedades, práticas de gestão florestal, abandono das terras e absentismo dos proprietários
- Preservação da biodiversidade: elevada concentração de eucaliptais, infestação por invasoras lenhosas e degradação da fauna e flora.

B. Capital Económico

O perfil de especialização económica evidencia a existência de um tecido empresarial diversificado e com exemplos de sucesso de empresas que têm demonstrado dinamismo e capacidade de inovação, ainda que com clivagens inter e intra-concelhias e assente em microempresas individuais, com um perfil de empresários marcado pelas baixas qualificações e envelhecimento. Destaca-se pela positiva Águeda (menor proporção de empresas individuais e microempresas) e Tondela (maior volume de negócios por empresa). As atividades primárias persistem como fonte de complemento de rendimentos (produção para autoconsumo e mercado local) e atividade económica com relativa expressão em áreas como a exploração florestal (Mortágua), aves (freguesias serranas de Tondela e Águeda), apicultura (Mortágua e Caramulo), milho e arroz (Águeda) e produtos locais de qualidade (cabrito, leitão, maçã, laranja, mel, milho, vinho, queijo, doçaria tradicional). No entanto, observa-se a diminuição quer da SAU, quer das explorações, existindo em 2009, 5.057 explorações com uma SAU de 9.590 ha. Trata-se essencialmente de explorações de cariz familiar, de muito reduzida dimensão (dimensão média de 1,9ha, sendo que 3.214 tinha entre 1 e 5ha e apenas 229 tinham entre 5ha e 20ha e 31 + de 20ha), pouco rentáveis e tradicionalmente dirigidas para o auto consumo ou de mercado de proximidade, com agricultores com elevados níveis de envelhecimento e baixos níveis de instrução e formação profissional.

De destacar a dinâmica recente com vários projetos de instalação de jovens agricultores, sobretudo em Águeda e Tondela, em áreas com tradição produtiva (p.e., culturas forrageiras, vinha, mel, aves), mas também em novas áreas (pequenos frutos e bagas, cogumelos, flores). De referir a existência de diversos produtos certificados (Queijo, Requeijão, Borrego, Bovinos, ovos moles e vinho).

A floresta ocupa uma parte significativa do Território, com o predomínio de espécies de crescimento rápido como o eucalipto, constituindo a sua exploração industrial uma importante fonte de receita complementar para a economia familiar, ainda que esta densificação questione o equilíbrio natural. Verifica-se, contudo, um crescente interesse por espécies autóctones, com o aumento das áreas com pinheiro manso e a replantação de áreas ardidas na Serra do Caramulo com sobreiros, carvalhos e castanheiros.

Na exploração dos recursos florestais, destaca-se Mortágua, um dos principais centros abastecedores de rolaria para a produção de pasta e papel, com atividades associadas ao mercado da biomassa, termoelectricidade e pellets energéticos e aos equipamentos de transformação e consumo.

A reduzida dimensão da propriedade, a par do crescente abandono e da não limpeza, conduz a graves limitações à gestão e exploração rentável deste recurso, agravando, simultaneamente os riscos de incêndio. No setor secundário, verifica-se uma grande dinâmica industrial com uma base produtiva diversificada e com

elevado peso no emprego, incluindo desde setores mais tradicionais até aos mais inovadores, passando pela área da investigação e da tecnologia, p.ex., indústrias no domínio da saúde (Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela), indústrias especializadas em peças para automóvel (Tondela e Águeda), indústria metalomecânica, com a produção de ferragens, produção de material para a construção civil e fabrico de motores para velocípedes e o fabrico de bicicletas (Águeda), indústrias na área da recolha, tratamento e reciclagem de resíduos.

Nas atividades turísticas a Região detém um enorme potencial de desenvolvimento e valorização económica (nomeadamente na vertente de turismo de natureza, da gastronomia, vinhos e do touring cultural e paisagístico, do termalismo), que não tem sido suficientemente explorado, conjugando uma enorme riqueza e diversidade de recursos naturais, patrimoniais (património arqueológico e arquitetónico classificado, religioso, casas apalaçadas e arquitetura civil como moinhos, fontanários, espigueiros) e culturais (lendas, tradições, romarias, artesanato, gastronomia, relevância histórica nas invasões francesas, figuras de relevo na história contemporânea).

Na oferta de alojamento refira-se a existência de estabelecimentos hoteleiros de 2, 3 e 4 estrelas (com um número significativo de postos de trabalho), algumas unidades TER e alojamento local, assistindo-se a uma diversificação, qualificação e ganho de visibilidade, com reflexos no aumento da capacidade de alojamento e no número de dormidas. Urge fazer um esforço ao nível da inventariação, organização e complementaridade da oferta ao nível do alojamento, restauração (gastronomia e produtos locais), infraestruturas e equipamentos de apoio (museus e núcleos museológicos, adegas, artesanato, espaços culturais) e de animação (eventos, percursos pedestres, atividades desportivas, etc).

No setor do comércio e serviços observa-se uma tendência de crescente terciarização, destacando-se o dinamismo do setor dos serviços de apoio social. Ainda assim predominam os estabelecimentos ligados às atividades comerciais, frequentemente pouco qualificados e de mero suporte à população local.

C. Capital Humano

- Dinâmica Demográfica

A zona de intervenção tinha, em 2011, 107.714 habitantes e uma densidade populacional de 90,8hab./km². Em termos globais, trata-se de um território com alguma densidade populacional (exceção para Mortágua), mas com um fraco dinamismo demográfico, uma tendência de envelhecimento e incapacidade de fixar e atrair população, observando-se uma contínua perda de habitantes (menos 5% do que em 2001), fruto da conjugação de um saldo natural e de um saldo migratório negativos (exceção para Águeda). Em termos intrarregionais salienta-se a concentração da população no concelho de Águeda (44%), seguido de Tondela (27%) e nas freguesias mais urbanas (sedes de concelho e imediações) e o decréscimo nas áreas rurais mais periféricas, com densidades populacionais muito reduzidas.

Os níveis de habilitações e qualificações da população têm registado melhorias significativas (diminuição do abandono escolar e da taxa de analfabetismo, aumento da taxa bruta de escolarização e de conclusão do ensino secundário), ainda assim, observa-se na generalidade dos concelhos (com exceção de Águeda) níveis de analfabetismo superiores aos do País.

- Mercado de Emprego

O mercado de emprego sofreu nos últimos anos uma quebra acentuada com a diminuição de empresas e consequências no desemprego. No final de dezembro de 2014, o desemprego registado nos cinco concelhos ascendia a 4.495 pessoas (-12% do que no final do ano anterior), sendo os concelhos de Águeda e Tondela aqueles que registavam o maior número de desempregados. Em termos do perfil do desempregado salienta-se que quase metade, estão inscritos no IEF há mais de 1 ano, a esmagadora maioria procura novo emprego, cerca de 40% tinha entre 35 aos 54 anos e 23% mais de 55 anos, sendo estas também as faixas etárias onde a diminuição dos inscritos foi menos sentida (apenas menos 10 pessoas inscritas com + de 55 anos), 13% tinha formação superior e 22% o secundário. Os desempregados com mais de 55 anos e com menos níveis de escolaridade foram os que registaram menores diminuições o que indicia maiores dificuldades do mercado na absorção de mão-de-obra com uma idade mais avançada e com menores habilitações.

D. Capital Social Local

A promoção da coesão social e territorial e a criação de boas condições de vida são elementos chave para a fixação e atração de população, empresas e emprego. Neste contexto, o território apresenta um elevado capital social, o qual tem demonstrado capacidade de iniciativa, observando-se uma tendência de crescente diversificação e qualificação, ainda que persistam algumas carências.

Nos rendimentos da população existem fragilidades (índice de poder de compra, remunerações médias mensais, pensões e subsídio de desemprego inferiores aos da Região Centro e País), indicando uma fraca disponibilidade financeira para o acesso a bens e serviços básicos, e uma maior vulnerabilidade face a situações de pobreza e exclusão social.

A rede de equipamentos sociais é diversificada e abrangente (apoio à infância, idosos, deficiência, grupos

vulneráveis), ainda que exista uma maior oferta e dispersão no território das valências para a população idosa. Persistem debilidades relacionadas com a concentração nos centros urbanos e carência nas áreas rurais, a par de algumas lacunas de serviços para os idosos, dado o crescente envelhecimento. Nos equipamentos culturais, desportivos e recreativos a oferta é diversificada, existindo, múltiplos equipamentos nos vários concelhos, observando-se também a existência de um reforço na oferta de eventos. Quanto à estrutura associativa, verifica-se um grande dinamismo em todos os concelhos, com uma proliferação de entidades, ainda que persistam fragilidades e a necessidade de capacitação da organização associativa e voluntariado local.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Reordenamento dos espaços agrícolas e florestais e a promoção do emparcelamento
Crescente procura dos territórios rurais como alternativa de vida;
Desenvolvimento das atividades da economia social
Alargamento da fileira da floresta assegurando a promoção e desenvolvimento de atividades complementares
Exploração do potencial de produção de energias renováveis
Valorização das produções agroalimentares de qualidade
Aproveitamento turístico dos recursos naturais, patrimoniais e culturais existentes
Criação e organização de redes locais, regionais e nacionais de promoção e comercialização dos produtos locais e recursos turísticos
Promoção integrada do território e dos seus recursos
Desenvolvimento de projetos de promoção do empreendedorismo, inovação social e inclusão ativa (jovens empresários rurais, “Escola” de empreendedorismo, animação territorial,...)

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

Desertificação e abandono dos espaços rurais, com impacto ao nível da preservação do património construído e natural
Enfraquecimento das freguesias rurais por oposição ao aumento populacional da zona urbana e periurbana
Preferência dos jovens pelos grandes centros urbanos
Falta de capacidade para captar, gerar e, sobretudo, reter talento e recursos humanos qualificados
Degradação dos recursos naturais existentes
Perda das práticas agrícolas e silvo-pastoris tradicionais
Concorrência dos produtos locais com as grandes redes de distribuição
Abandono da floresta e/ou expansão de fatores de delapidação dos recursos florestais como os incêndios ou a sua sobre-exploração
Concorrência de outras zonas numa fase de aposta turística mais avançada
Falta de capacidade de investimento e de iniciativa empreendedora
Encerramento de serviços públicos em meio rural

Principais Pontos Fracos

Localização estratégica entre os centros urbanos de Coimbra, Aveiro e Viseu;
Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial económico e valia ambiental;
Existência de polos urbanos de relevância regional (Águeda e Tondela), com dinamismo empresarial;
Zonas demarcadas do vinho (Bairrada e Dão) e vários produtos certificados e de qualidade;
Contraste e diversidade do tecido empresarial, com dinâmicas interessantes, mas pontuais de empreendedorismo local;
Crescente interesse por espécies florestais autóctones;
Potencial de produção de energias renováveis;
Amenidades do património natural e construído com potencial de atração de residentes e visitantes;
Diversidade do tecido associativo e oferta de equipamentos nas áreas da cultura, desporto e lazer;
Existência de serviços de proximidade com valências diversificadas.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Fragilidades no sistema de ordenamento e de gestão florestal;
Baixo aproveitamento e valorização dos recursos locais;
Desestruturação da economia local - ausência de escala e fragilidade dos circuitos comerciais e divulgação;
Exploração intensiva de espécies florestais de crescimento rápido;
Insuficiente proteção e valorização do património natural;
Reduzida ligação ao Sistema Regional de Inovação;
Elevado envelhecimento dos produtores agrícolas e baixa competitividade do sector;
Despovoamento e abandono dos espaços rurais;
Concentração da população nas sedes de concelho;

Desadequação da rede de transportes públicos com consequência na mobilidade;
Envelhecimento da população, baixa natalidade e imigração;
Insuficiente afirmação (interna e externa) de uma imagem (positiva e atraente) da Região.

No cruzamento entre os Recursos para o desenvolvimento (Pontos fortes e Oportunidades) e as Dimensões-problema identificadas (Pontos fracos e Ameaças) emerge um conjunto de Desafios estratégicos que configuram a matriz de referência para a EDL, destacando-se:

- ? Novo olhar para os ativos naturais do território (Água, Serra e Floresta), como recursos com potencial de valorização económica sustentável, aproveitando as potencialidades de afirmação da Economia Verde como pilar de diversificação e qualificação do tecido empresarial (turismo, produções primárias, energias renováveis, fileira florestal, indústrias criativas ...);
- ? Melhoria das condições de suporte ao empreendedorismo, autoemprego, investimento, inovação, criatividade, comercialização e promoção;
- ? Reforço das competências e qualificações dos atores locais (empresários, organizações de economia social, gestores, empregados, desempregados e inativos);
- ? Qualificação e organização em rede dos equipamentos de proximidade e capacitação das instituições e seus técnicos, promovendo serviços orientados para o beneficiário/utente.
- ? Valorização, promoção e capacitação do associativismo local e voluntariado;
- ? Atração e fixação de jovens, talentos e fluxos de inovação e investimento que contribuam para robustecer a base produtiva;
- ? Melhoria da visibilidade e atratividade do território, partindo dos seus argumentos e encontrando adequadas expressões/ suportes de comunicação e marketing;
- ? Estruturação e consolidação de estratégias de coesão territorial indispensáveis ao desenvolvimento e sustentabilidade do território.

Como principais Fatores Críticos de Sucesso para a implementação da EDL destaca-se:

- A dotação financeira a atribuir à EDL;
- A incorporação e partilhada da EDL pelos principais atores, potenciando a articulação e uma maior complementaridade entre investimentos e intervenções a realizar;
- A necessidade de assegurar a complementaridade/articulação do DLBC com outras medidas/ações relevantes para a efetiva implementação de uma EDL integrada;
- A complexidade e rigidez da regulamentação específica, que condiciona a sua adequação às especificidades dos territórios rurais e à natureza dos investimentos (procedimentos de aprovação, requisitos de elegibilidade de projetos e dos promotores; despesas elegíveis, CCP, licenciamentos, etc.);
- A ausência de autonomia do GAL na definição e ajustamento de algumas regras de operacionalização (prazos de abertura, duração e dotação dos concursos, avisos para públicos/setores específicos, elegibilidades, critérios de seleção e respetiva ponderação, critérios de majoração das taxas de apoio), consideradas determinantes para a boa aplicação das medidas de financiamento, sendo igualmente, determinante para a prossecução das metas e resultados identificados;
- A dificuldade de autofinanciamento dos proponentes, nomeadamente dos desempregados;
- O acesso a outros mecanismos financeiros ajustados às necessidades dos beneficiários em contexto de candidatura/execução. Trata-se de apoios financeiros para, para autofinanciamento, adiantamentos, seguros e garantias bancárias, matéria que se poderá vir a revelar determinante no sucesso de algumas das medidas, dado o perfil de beneficiários a que se destinam;
- A existência de outros apoios à criação de empresas por desempregados (nomeadamente do IEFP), mais vantajosas e com menos exigências financeiras.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

Tendo presente os Objetivos Estratégicos e orientações constantes no Acordo de Parceria, PDR, Estratégia Regional, EREI do Centro e nas EIDT que abrangem o território, a ADICES elaborou a sua EDL: ADICES – PACTO 2020 - Rotas do Desenvolvimento – um compromisso para o território.

Trata-se de uma Estratégia abrangente, integrada e multissetorial, construída com os atores locais e assumida e partilhada por estes, fortemente ancorada nos recursos do território (Água, Serra e Floresta) os quais ganham um novo e renovado protagonismo ao serem reconhecidos como elementos aglutinadores e indutores de desenvolvimento. Neste contexto a Parceria formulou como Visão estratégica:

Afirmação da Economia Verde como ativo estratégico do Território, catalisadora de sustentabilidade, promotora de empreendedorismo e inovação, indutora de coesão social e territorial e mobilizadora dos atores locais para o desenvolvimento.

Para a operacionalização desta Visão, a EDL foi alicerçada em 4 Objetivos Estratégicos/Eixos de Intervenção, decompostos em Objetivos Específicos, apresentando-se de seguida uma breve síntese da sua fundamentação, assim como da vocação específica do DLBC para a sua concretização.

Eixo I. Valorização da Economia Verde, com base nos ativos do território

Este Eixo deriva da focalização da EDL na valorização dos recursos e ativos do território (Recursos naturais; Produtos locais de qualidade; Recurso culturais), numa perspetiva de estruturação de oportunidades em torno da denominada Economia Verde, contemplando uma dimensão centrada na sua valorização económica e empresarial, abrangendo um conjunto diversificado de atividades e setores, e outra de natureza mais ambiental e de promoção da preservação e valorização do uso dos recursos.

Objetivos Específicos:

OE1. Promover a produção agrícola e agroalimentar

OE2 Promover o desenvolvimento sustentado e ordenamento da floresta

OE3. Promover a produção de energias renováveis e a eficiência energética

OE4. Dinamizar as atividades de turismo, desporto e lazer

OE5. Promover as indústrias criativas e culturais

OE6. Dinamizar o comércio e serviços de proximidade e de suporte ao desenvolvimento rural

OE7. Promover a preservação, conservação e valorização da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais

Vocação específica do DLBC: Transversal aos diferentes Objetivos Específicos, pretendendo-se, com a mobilização das diferentes medidas disponibilizadas para o DLBC (FEADER: PDR 2020 - M10 todas; FEDER: POR Centro - 8a e 6c); e FSE: POR Centro - 8iii), dar uma resposta a dimensões evidenciadas no diagnóstico e análise SWOT, relacionadas quer com as debilidades existentes (p.ex, baixo aproveitamento e valorização dos recursos locais, desestruturação da economia local - ausência de escala e fragilidade dos circuitos comerciais e divulgação, baixa competitividade do setor agrícola, insuficiente proteção e valorização do património natural e cultural), quer com as potencialidades (densidade florestal existente, diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial económico e valia ambiental, existência de produtos locais de qualidade, a afirmação turística do território, potencial de produção de energias renováveis, e de diversificação do tecido empresarial, as amenidades do património natural e construído com potencial de atração de residentes e visitantes).

Eixo II. Indução da coesão e inovação social e territorial

Este Eixo resulta da necessidade de promoção de uma maior integração entre o urbano-rural, de criação de amenidades para a retenção e atração de novas pessoas (nomeadamente jovens) e investimentos; de reforçar a melhoria da qualidade de vida da população residente, promovendo a inclusão ativa e contribuindo para combater os fenómenos de pobreza e exclusão social. Importa, também, atenuar e contrariar as tendências observadas de concentração da população e dos equipamentos e serviços nas sedes de concelho e freguesias limítrofes, com os espaços predominantemente rurais a sofrerem de problemas de desertificação e envelhecimento.

Objetivos Específicos:

OE8. Fomentar a economia social, o desenvolvimento do terceiro setor e o associativismo

OE9. Promover a inclusão ativa e a inovação social

OE 10. Reforçar, qualificar e adequar a rede de equipamentos e respostas sociais

OE11. Promover a educação e a escola inclusiva

Vocação específica do DLBC: Face à opção do POR Centro de não incluir nesta 2ª Fase a Prioridade “9.i. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade”, a intervenção do DLBC nestes OE ficou bastante condicionada, considerando-se, ainda assim que algumas linhas de atuação prevista no âmbito do OE8, poderão beneficiar da mobilização dos apoios previstos, nomeadamente o apoio ao empreendedorismo social e cooperativo (FSE: POR Centro - 8iii) e a valorização, promoção e capacitação do associativismo local e do voluntariado (FEADER: PDR 2020 - M10 a criar).

Eixo III. Promoção do emprego, da qualificação, da inovação e do empreendedorismo

Este Eixo pretende contribuir para uma resposta às necessidades identificadas quer de criação de condições de suporte e propiciadoras do alargamento do mercado de trabalho (nomeadamente, através do estímulo à criação de emprego, ao empreendedorismo qualificado criativo, tecnológico e de aproveitamento dos recursos locais), quer de ações que concorram para a promoção da empregabilidade no território. Pretende-se, igualmente, intervir ao nível do reforço das qualificações escolares e profissionais e da promoção de uma cidadania ativa por parte dos jovens.

Objetivos Específicos:

OE12. Estimular o empreendedorismo, a inovação, investigação e desenvolvimento (I&I&D)

OE13. Promover a empregabilidade no território

OE14. Promover a Aprendizagem ao Longo da Vida, e o reforço das qualificações escolar e profissional

OE15. Promover o envolvimento ativo dos jovens nas dinâmicas de desenvolvimento local

Vocação específica do DLBC: Centra-se no OE12 e 13, nomeadamente nas vertentes de suporte ao empreendedorismo, do apoio à criação do auto-emprego e do emprego em geral (apoio à contratação), o apoio integrado à instalação de estudantes e jovens desempregados como empresários mobilizando para isso os apoios a disponibilizar pelo FSE: PORCentro - 8iii.

Eixo IV. Animação, promoção, cooperação e trabalho em rede

Este Eixo resulta da crescente necessidade quer de respostas multidisciplinares e intersetoriais, quer de valorização de mercado orientada para a promoção interna e externa dos seus ativos naturais, culturais e económicos, importando, igualmente, fomentar a adoção de novos modelos de organização e cooperação inter-institucional e interterritorial e capacitar dos atores locais para o trabalho em parceria, introduzindo uma cultura de trabalho em rede e de promoção conjunta, otimizando e concertando as intervenções a desenvolver, promovendo sinergias e complementaridades, contribuindo para a retenção e atração de empresas e investimento económico, assim como de residentes e de fluxos de visitantes e de turistas. Este Eixo tem ainda em vista contribuir para um aumento da procura de apoios para a modernização e qualificação das explorações e unidades industriais e para o despertar e acentuar do interesse pelas atividades da Economia Verde

Objetivos Específicos:

OE16. Reforçar a visibilidade e atratividade do território

OE17. Promover uma atuação concertada multidisciplinar e intersetorial

OE18. Promover a Cooperação para o Desenvolvimento

Vocação específica do DLBC: transversal aos 3 OE, que visam sobretudo responder aos desafios identificados da necessidade de melhoria da visibilidade e atratividade do território, de reforço das competências e qualificações dos atores locais e de estruturação e consolidação de estratégias de animação e coesão territorial, mobilizando os apoios a disponibilizar pelo FEDER: POR – 6c, FSE: PORCentro - 8iii e FEADER: PDR 2020 - M10.3 e 10.4).

A EDL sucintamente apresentada foi desenhada de forma a constituir-se como uma matriz de referência nas diferentes intervenções a realizar, pelos principais atores do território no horizonte 2020, tendo uma ambição e uma abrangência que não se esgota nas prioridades de investimento e tipologias de operações previstas para o DLBC Rural na Região Centro e no PRD2020, assumindo se que o DLBC terá como vocação específica apoiar apenas uma parte da EDL definida. Para a sua efetiva concretização, de forma complementar e articulada, serão mobilizados não só os diferentes instrumentos de política previstos no Portugal 2020, mas também recursos locais (financeiros e outros de natureza mais imaterial, como redes colaborativas, plataformas concelhias, ...)

Neste sentido a vocação específica do DLBC da ADICES, centra-se, sobretudo, no Eixo I. da EDL, ou seja, na valorização económica e promoção dos ativos do Território (numa perspetiva de modernização das atividades agrícola e agroindustriais e de dinamização do tecido empresarial e do emprego em setores estratégicos para a afirmação da “Economia Verde” no território) e no Eixo IV. de Animação, promoção, cooperação e trabalho em rede, ainda que com uma intervenção que abrange também o Eixo II. e III, sobretudo na perspetiva da promoção do empreendedorismo, da capacitação do associativismo local e do apoio à criação de emprego e auto-emprego, nomeadamente por parte e para jovens e desempregados. (Ver anexo 3)

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A participação e envolvimento dos agentes do território na construção e execução das Estratégias de Desenvolvimento Local estão no cerne da abordagem LEADER, razão pela qual estas dimensões constituem a base metodológica de atuação da ADICES enquanto parceria de desenvolvimento, devidamente assumida na Visão para o próximo período de intervenção - "... mobilizadora dos atores locais para o desenvolvimento" e inscrita no diagrama da EDL cuja centralidade assenta exatamente na "governança e animação territorial", reforçada, ainda, por um dos eixos estratégicos definidos - "Animação, promoção, cooperação e trabalho em rede".

Pretende-se mobilizar o máximo de recursos, possibilitando que cada organização e cada cidadão se constitua como verdadeira "alavanca" dos processos locais de desenvolvimento.

A "participação ativa dos atores territoriais" tem, como ponto de partida, o órgão formal no qual têm assento todos os parceiros/associados representativos das diferentes dinâmicas em presença no território da ADICES, assumindo competências deliberativas determinantes no contexto da EDL PACTO 2020. Por sua vez, o Órgão de Gestão cuja composição emana da Assembleia de Parceiros tem como competências a "gestão, acompanhamento, monitorização e execução do Programa". Outra estrutura fundamental no processo de envolvimento dos atores é a ETL que suporta o funcionamento de toda a mecânica desenhada e executa o plano de animação.

Com o objetivo de envolver de uma forma consistente e organizada outros "atores territoriais", a parceria decidiu criar um formato de trabalho assente em plataformas temáticas abertas à comunidade e a centros de conhecimento e investigação, com uma relação direta com os principais eixos da EDL. Estas plataformas funcionarão com um regulamento aprovado pela assembleia de parceiros, têm uma dinâmica própria consubstanciada num "plano de atividades" e terão momentos de participação cruzada de forma a potenciar e articular as iniciativas de cada uma. O apoio da ETL será determinante para o seu funcionamento. Com o objetivo de aproximar o cidadão à estratégia, de a publicitar e de partilhar resultados será construído um plano de comunicação após a aprovação da EDL. No entanto, definiu-se, desde já, um conjunto de procedimentos/iniciativas de animação e promoção do território de que destacamos o seguinte: envolvimento dos parceiros (ADICES e plataformas) e das autarquias (juntas de freguesia e câmaras municipais) como agentes fundamentais na divulgação da EDL, sinalização de pontos de contacto nas entidades relevantes para efeitos de articulação da intervenção (municípios e comunidades intermunicipais), instalação de uma delegação em Águeda (novo espaço de intervenção da ADICES); envolvimento ativo da comunicação social local e regional; envolvimento e articulação da associação em estruturas locais (Redes Sociais e Núcleos Executivos, Conselhos Municipais, Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escola, etc.); participação em projetos locais de animação territorial; produção de alguns suportes de comunicação virtuais (novos ou já existentes) como o portal da ADICES, o "facebook", a articulação com os portais dos parceiros, o "info-parceiros" (folha informativa), as apresentações digitais de apoio às sessões de divulgação e ao atendimento; produção de suportes físicos (brochuras, "banners") e estabilização de uma agenda de iniciativas (oficinas, seminários, feiras, ...) que marcará a agenda local PACTO 2020.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

As dimensões de articulação da EDL ADICES/Pacto 2020-Rotas de Desenvolvimento com estratégias âmbito supra local devem ser contextualizadas em três vertentes complementares:

- (i) Nível Setorial/Nacional (na esfera de prioridades e objetivos do PDR cuja Medida 10 enquadra o essencial do financiamento das intervenções da EDL);
- (ii) Nível Regional (na interseção de Domínios diferenciadores da RIS3 Centro e Prioridades nucleares do PAR-CRER 2020); e
- (iii) Nível sub-Regional (com frentes de articulação intensas mas bastante diversas dada a pertença dos concelhos da área de intervenção ADICES a 3 NUT III).

A nível setorial, e no que se remete para a estratégia consagrada no PDR 2020, observa-se um elevado contributo para o OE 3. Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural, para o OE 1. Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura, campos de intervenção dos Objetivos Específicos da EDL: 1. "Promover a produção agrícola e agroalimentar"; e 2. "Promover o desenvolvimento sustentado e ordenamento da floresta".

De forma mais indireta, contribui também para o OE 2. Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos (especialmente via Objetivo Específico da EDL "Promover a preservação, conservação e valorização da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais").

A nível regional, a EDL definida para o território de intervenção da ADICES vai de encontro a importantes Prioridades Nucleares estabelecidas para a Região Centro no horizonte 2020, observando-se que todos os

Eixos Estruturantes se relacionam de forma direta com pelo menos uma das Prioridades Nucleares definidas. Particularmente relevantes (elevadas ou médias) são as intensidades de relação estabelecidas pelos Eixos Estruturantes da EDL ADICES:

Valorização da Economia Verde, com base nos ativos do território, com a Prioridade Nuclear Sustentar e reforçar a criação de valor, através de uma nova dinâmica produtiva e empreendedora e Afirmar um tecido económico industrializado e exportador;

Indução da coesão e inovação social e territorial, com as Prioridades Nucleares Reforçar a coesão territorial; Dar vida e sustentabilidade às infraestruturas existentes; e Gerar, captar e reter talento qualificado e inovador;

Promoção do emprego, da qualificação, inovação e empreendedorismo, com a Prioridade Nuclear: Afirmar um tecido económico industrializado e exportador; e Gerar, captar e reter talento qualificado e inovador; Animação, promoção, cooperação e trabalho em rede, com a Prioridade Nuclear Consolidar a capacitação institucional.

O modelo de intervenção estruturante da EDL assenta, igualmente num conjunto de setores de atividade económica que constituem Domínios Diferenciadores Temáticos da Região Centro no âmbito da respetiva Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 Centro), nomeadamente: a Agricultura (abrangendo a abordagem agroindustrial), a Floresta, a Inovação Rural, a Eficiência Energética, o Bem-estar e o Turismo. Estes setores estão fortemente presentes nos conteúdos dos objetivos específicos do Eixo Valorização da Economia Verde, com base nos ativos do território da EDL.

Acresce o potencial apoio a projetos inovadores, enquadráveis nas Plataformas de Inovação a constituir na Região, p.ex., ao nível do desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais, do envelhecimento ativo e saudável, da inovação rural, das fontes energéticas alternativas e da ID+I no turismo, domínios para os quais o território da ADICES dispõe de relevantes argumentos competitivos de recursos, equipamentos e tradição produtiva.

Tratam-se de Domínios temáticos e cadeias de valores significativamente presentes na matriz de Eixos estruturantes da Macro Estratégia e da respetiva árvore de objetivos específicos enunciados, que lhe conferem suporte.

A nível sub-regional, o território de intervenção da ADICES é abrangido por três EIDT: Viseu Dão Lafões, que abrange os concelhos de Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Tondela; Região de Coimbra, onde se integra o concelho de Mortágua; e Região de Aveiro, a qual pertence Águeda.

De uma forma geral, a arquitetura de Objetivos Estratégicos/Eixos Estruturantes/Objetivos Específicos proposta para o território de intervenção da ADICES evidencia coerência e consistência com os referenciais estratégicos sub-regionais:

Eixo I. Valorização da Economia Verde, com base nos ativos do território. Articulação elevada com os seguintes objetivos específicos: (i) da EIDT Viseu Dão-Lafões (Promover a competitividade e o aumento da capacidade de absorção do tecido produtivo local; Promover o empreendedorismo e estimular e articular a quadruple hélix de inovação na sub-região; Promover a proteção e valorização ambiental, o uso eficiente dos recursos naturais e patrimoniais e a criação de uma economia de baixo carbono); (ii) da EIDT Região de Aveiro (Valorizar uma economia regional assente na criação de emprego qualificado; Apoiar e qualificar os setores de referência na Região; Proteger e preservar os recursos naturais; Valorizar os recursos naturais; Encorajar o desenvolvimento do setor turístico e valorizar o património construído, imaterial e natural; e Criar condições para constituir a Região como Smart Region); e (iii) da EIDT Região de Coimbra (Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais; Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos; Região de Coimbra, destino turístico; Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego; e Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza);

Eixo II. Indução da coesão e inovação social e territorial. Articulação elevada com os seguintes objetivos específicos: (i) da EIDT Viseu Dão-Lafões (Promover a coesão social e o desenvolvimento do terceiro setor); (ii) da EIDT Região de Aveiro (Promover políticas públicas adequadas aos novos desafios demográficos; Apostar na qualificação das comunidades; Promover comunidades saudáveis e coesas; e Promover respostas sociais com base na Inovação Social); e (iii) da EIDT Região de Coimbra (Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza);

Eixo III. Promoção do emprego, da qualificação, inovação e empreendedorismo. Articulação elevada com os seguintes objetivos específicos: (i) da EIDT Região de Aveiro (Encorajar o desenvolvimento do setor turístico e valorizar o património construído, imaterial e natural); (ii) da EIDT Região de Coimbra (Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos; e Região de Coimbra, destino turístico); e (iii) da EIDT Viseu e Dão Lafões (Inovação Territorial);

Eixo IV. Animação, promoção, cooperação e trabalho em rede. Articulação elevada com os objetivos

específicos das diversas EIDT referentes à governança e às redes de cooperação.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

FUNDO FEADER ? Pequenos investimentos nas explorações agrícolas Enquadramento na ELD: OE1 Áreas de atuação: Qualificação e modernização das explorações em áreas tradicionais e em novos nichos, incentivando a transição de uma agricultura “familiar” para uma mais direcionada para o mercado, com maior incorporação de fatores de competitividade. Resultados Esperados: Reforço da competitividade e melhoria do desempenho económico e ambiental, diversificação e incremento da produção, melhoria da qualidade de vida e reforço da importância das atividades agrícolas. ? Pequenos investimentos na transformação e comercialização Enquadramento na ELD: OE1 Áreas de atuação: Apoio à qualificação e modernização de unidades agroindustriais e de comercialização, incentivando a incorporação de fatores de competitividade e o surgimento de unidades nomeadamente de aproveitamento dos produtos locais. Resultados esperados: Modernização e melhoria da competitividade das unidades agroindustriais, a sua diversificação e densificação, criação de maior valor aos produtos locais e reforço da sua importância na economia ? Diversificação de atividades na exploração Enquadramento na ELD: OE1 Áreas de atuação: Estimulo ao desenvolvimento de novas atividades nas explorações, nomeadamente em áreas relacionadas com a Economia Verde, como o alojamento, restauração, animação turística; serviços de recreação e lazer; energias renováveis; atividades artesanais e atividades pedagógicas. Resultados esperados: Diversificação e incremento dos rendimentos e das fontes de receita dos produtores, densificação/diversificação de atividades numa perspetiva de criação de sinergias entre setores e criação de emprego. ? Cadeias curtas e mercados locais Enquadramento na ELD: OE 6 Áreas de atuação: Criação de novas e inovadoras formas de comercialização, distribuição e venda de proximidade e criação/reabilitação de espaços de comercialização e armazenamento. Resultados Esperados: Acréscimo de vendas de produtos locais, reforço do seu consumo na região e aumento da massa crítica/escala de produção. ? Promoção de produtos de qualidade locais Enquadramento na ELD: OE1 Áreas de atuação: Promoção dos produtos de qualidade e produtos locais, incentivando estratégias/iniciativas de divulgação que potenciem a sua valorização e certificação. Resultados Esperados: Aumento da visibilidade e acréscimo da notoriedade e das vendas das produções locais. ? Renovação de aldeias Enquadramento na ELD: OE4 e 7 e 16 Áreas de atuação: Valorização paisagística e ambiental e turística de aglomerados rurais, incluindo, p.ex., apoio a intervenções que melhorem as condições de utilização sustentável dos recursos, campanhas de sensibilização ambiental e produção de materiais informativos. Resultados esperados: Aumento da sustentabilidade paisagística e ambiental, conservação da biodiversidade, aumento das condições de usufruto dos recursos e da atratividade. ? Medida capacitação associativismo local e do voluntariado Apesar desta Medida não estar prevista foi incluída por se considerar que é uma área a descobrir no Portugal 2020. Enquadramento na ELD: OE8 Áreas de atuação: Apoio à capacitação do associativismo de base local (cultural, recreativo e desportivo), que constitui uma importante fonte de animação e dinamização do território e ocupação dos tempos livres da população. Resultados Esperados: Capacitação do associativismo de base local, animação dos territórios rurais, melhoria da qualidade de vida e do acesso a bens e serviços de natureza cultural, desportiva e recreativa. Indicadores de realização: Despesa Pública; Proj. apoiados e Proj./beneficiários apoiados Indicadores de resultado: Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização; Empregos criados através de proj. LEADER apoiados; Explorações ou Beneficiários com inv. apoiado em regimes de qualidade; Pop. coberta EDL; Peso da despesa pública; Produtos locais incluídos em ações de promoção; Pop. abrangida pelos proj. apoiados de renovação de aldeias; Proj. apoiados e Pop. abrangida pelos proj. capacitação do assoc. local e voluntariado. FEDER ? Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural ... e Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação... Enquadramento na ELD: OE4 e 7 e 16 Áreas de atuação: Apoio a ações de valorização do património edificado e cultural numa perspetiva da sua valorização económica e turística e ações relacionadas com o desenvolvimento do turismo associado à natureza. Resultados Esperados: Valorização turística e aumento das condições de usufruto dos recursos, aumento da atratividade, preservação e divulgação de práticas e tradições, reforço da visibilidade interna e externa e promoção integrada do território. ? Proj. de inv. para a expansão de pequenas e microempresas ... ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios Enquadramento na ELD: OE2 a 6 Áreas de atuação: Apoio à densificação e qualificação da rede de microempresas rurais em áreas estratégicas, p.ex., atividades complementares à

exploração florestal, energias renováveis, alojamento turístico, unidades comerciais de apoio ao turismo, animação turística, indústrias criativas e culturais, comércio de proximidade, artesanato. Resultados esperados: Criação e modernização de empresas e de emprego, em particular em áreas da Economia Verde. Indicador de realização: Empresas que beneficiam de apoio; aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI) e Aumento do n.º esperado de visitantes Indicador de Resultado: Postos de trabalho criados; dormidas em estab. Hoteleiros e efeito multiplicador do inv. público no inv. privado; FSE ? Proj. criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos ... Enquadramento na ELD:OE12 e 13; OE17 Áreas de atuação: Apoio à criação do auto-emprego e do emprego em geral (apoio à contratação), apoio integrado à instalação de estudantes e jovens desempregados como empresários e suporte ao empreendedorismo. Esta medida engloba ainda uma vertente de atuação centrada na capacitação da Parceria e dos promotores. Resultados esperados: Inserção e o retorno ao mercado de trabalho de desempregado e inativos, fixação e atração de jovens, densificação do tecido empresarial, em particular em áreas da Economia Verde. Indicador de realização: Pessoas apoiadas na criação de emprego, incl. autoemprego Indicador de Resultado: Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio. (Ver anexo 4)

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Os elementos de diagnóstico processados e o trabalho com os parceiros locais contribuíram para a definição de um conjunto heterogéneo (mas racional e coerente nas expressões/presença no território) de linhas estruturantes de intervenção focalizadas nos recursos do território (Água, Serra e Floresta) e na estruturação de oportunidades económicas e de promoção da inclusão social em torno da denominada Economia Verde. Trata-se de uma Estratégia integrada e coerente com as características do território baseada no pressuposto de que os recursos endógenos devem ganhar um novo e renovado protagonismo constituindo elementos de alavancagem e indução de desenvolvimento, contemplando, de forma articulada e complementar, na sua árvore de Objetivos Estratégicos e Específicos, intervenções no: •domínio económico, relacionadas com a promoção da competitividade e afirmação dos principais setores de atividade do território com relevância para o desenvolvimento rural (atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, energias renováveis, turismo, desporto e lazer, indústrias criativas e culturais e comércio e serviços de proximidade e de suporte ao desenvolvimento rural) •domínio ambiental, direcionadas para a conservação, preservação e valorização dos recursos naturais na ótica da conservação da biodiversidade e do seu aproveitamento económico sustentável; •domínio cultural, numa perspetiva de valorização e divulgação do vasto património cultural do território e de promoção do associativismo de base local •domínio social, tendo em vista, por um lado, a promoção da inclusão ativa da população e, por outro, a melhoria das condições de vida do território indispensáveis para a fixação e atração de população (sobretudo jovem) e de investimento •domínio das competências e capacidades, através da dinamização de ações de formação e capacitação orientadas nomeadamente para a aprendizagem ao longo da vida, e a criação de competências promotoras da empregabilidade e do empreendedorismo •domínio socioeconómico, na exploração de oportunidades de inserção e integração no mercado de trabalho, de grupos mais vulneráveis, nomeadamente desempregados, estudantes e inativos, nos setores da Economia Verde identificados •domínio relacional, numa perspetiva de potenciar o envolvimento e o trabalho conjunto dos diversos atores do território •domínio da animação socio-territorial, tendo em vista o reconhecimento da importância e do valor económico dos recursos endógenos (contribuindo para o aumento da procura de apoios para a modernização e qualificação das explorações e para o despertar/accentuar do interesse pela Economia Verde), o estímulo ao empreendedorismo e à indução e captação de investimento e população (sobretudo jovem) •domínio da promoção e marketing territorial, como forma de reforçar a visibilidade interna e externa do território. Trata-se, igualmente, de uma Estratégia, que tem ressonância nos documentos da Estratégia Regional e das EIDTs que abrangem o território, nomeadamente em áreas como: valorização e comercialização dos produtos locais; empreendedorismo; criação do próprio emprego; valorização turística; os recursos naturais e património natural e cultural; marketing territorial; inclusão social; dinamização sociocultural; redes e plataformas de cooperação e capacitação institucional de parcerias. A implementação da EDL beneficiará da mobilização articulada de todos os instrumentos de política e tipologias previstas para o DLBC, com outros disponibilizados pelos vários PO Temáticos, p.ex., nas áreas da inclusão social e do capital humano. Em complementaridade serão convocados também recursos locais (financeiros e outros de natureza mais imaterial, como redes colaborativas, plataformas concelhias, ...). No domínio específico do DLBC os principais resultados a alcançar resultam do cruzamento dos instrumentos de política disponíveis com as linhas de atuação definidas para cada Medida, salientando-se os seguintes resultados por fundo financiador: •FEADER: melhoria da competitividade das explorações agrícolas e agroindustriais, aumento dos rendimentos e fontes de receita dos produtores agrícolas, criação de emprego, valorização dos produtos locais •FEDER: Modernização e qualificação das empresas existentes, diversificação e densificação do tecido empresarial em áreas relevantes identificadas na Estratégia e a criação de emprego •FSE: Inserção no mercado de trabalho de desempregados e inativos, diversificação e densificação do tecido empresarial em áreas relevantes identificadas na Estratégia e a criação de emprego. Na implementação da EDL, tendo em consideração a matriz de Objetivos Estratégicos e Específicos definida, a mobilização das diferentes Medidas constantes no Plano de Ação será particularmente orientada para uma efetiva estruturação e afirmação da Economia Verde enquanto motor de desenvolvimento, procurando-se e estimulando-se a criação de sinergias e complementaridades entre as diferentes linhas de atuação.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	200,00	500,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,32	0,81	450 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	18,00	45,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	7,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	16,00	41,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	266,66	666,66	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	10,00	600 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	5,00	13,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	5,00	13,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	222,22	555,55	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,60	9,00	500 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	4,00	11,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	4,00	11,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	254,21	635,52	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	4,00	571 972,67€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	3,00	8,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	3,00	8,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Despesa Pública	66,67	166,67	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,04	150 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	5,00	12,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	5,00	12,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Despesa Pública	117,78	294,44	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	265 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	4,00	11,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos/beneficiários apoiados	4,00	11,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios (PI 8.8)	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	16,00	Postos de trabalho criados	9,00	23,00	605 622,06€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultura (PI 6c) e Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas (.PI 6c)	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	333,00	833,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,06	0,06	67 291,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	23,00	57,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	967 271,97€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	M 10 todas				Populaçã o coberta EDL	10771 4,00	10771 4,00	5 537 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na exploração agrícola	Peso da despesa pública para apoio aos pequenos investimentos na exploração agrícola	18,00	18,00				1 000 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Peso da despesa pública para apoio aos pequenos investimentos na transformação e comercialização	22,00	22,00				1 215 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na exploração agrícola e na transformação e comercialização	Peso da despesa pública para apoio aos pequenos investimentos na exploração agrícola e na transformação e comercialização	40,00	40,00				2 215 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Peso da despesa pública para apoio à Diversificação de atividades na exploração	16,00	16,00				900 000,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Peso da despesa pública para apoio a Cadeias curtas e mercados locais	20,00	20,00				1 125 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção Produtos de Qualidade Locais	Peso da despesa pública para Promoção Produtos de Qualidade Locais	5,00	5,00				250 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção Produtos de Qualidade Locais	Número de produtos locais incluídos em ações de promoção	0,00	2,00				250 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Peso da despesa pública para apoio na renovação de aldeias	10,00	10,00				553 750,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias				População abrangida pelos projetos apoiados de renovação de aldeias	20,00	40,00	553 750,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Capacitação associativismo local e do voluntariado	Peso da despesa pública para apoio à capacitação do voluntariado e do associativismo local	9,00	9,00				493 750,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Capacitação associativismo local e do voluntariado	N.º projetos apoiados	4,00	20,00				493 750,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Capacitação associativismo local e do voluntariado				População abrangida pelos projetos apoiados de Capacitação do voluntariado e do associativismo local	4,50	11,00	493 750,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios (PI 8.8)				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado na PI 8.8	2,00	2,00	1 800 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultura (PI 6c)				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado na PI 6.C – Património cultural	2,00	2,00	125 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas (.PI 6c)				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado na PI 6.C – Património natural	2,00	2,00	75 000,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Estratégias (n.º)	O valor do efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (2,0) foi o considerado na PI 9.10 no Programa Operacional Centro 2020	1,00	1,00				0,00€
--	-------	-------------------	--	------	------	--	--	--	-------

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 536 972,67€
FEDER	672 913,06€
FSE	967 271,97€
Total	4 177 157,70€

Pressupostos

A definição dos objetivos e resultados quantificados que a ADICES espera alcançar e a proposta de montante a contratualizar, tem por base a combinação de um conjunto de fundamentos e pressupostos, nomeadamente: 1) O conhecimento aprofundado que a Parceria detém do território, acumulado ao longo de anos com intervenção direta junto das populações; 2) A necessidade de inverter tendências negativas e de atribuir um novo e renovado protagonismo aos ativos do setor primário do território; 3) A experiência anterior nas várias gerações da ICLEADER e Abordagem LEADER do ProDeR, a qual contribuiu, para a definição dos valores médios considerados no cálculo de alguns indicadores e para a estimativa do alcance do nº de intervenções apoiar, em outros; 4) A dotação do GAL ADICES no Subprograma 3 do ProDeR, para um território com 4 concelhos e 59.985 habitantes; 5) O alargamento da área de intervenção a Águeda, com um acréscimo de 47.729 habitantes; 6) O conhecimento aprofundado do território de intervenção e do potencial de beneficiários existentes; 7) A própria EDL e as prioridades definidas pelos parceiros e intenções de investimento conhecidas; 8) As estatísticas oficiais sobre variáveis relevantes (nº de explorações, nº de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, nº de desempregados inscritos nos centros de emprego; e a população residente); 9) As metas definidas e os custos unitários utilizados pelos PO financiadores e outros programas semelhantes (p.ex., SIALM); 10) Os normativos regulamentares conhecidos, nomeadamente quanto a montantes a afetar a algumas Medidas, limites máximos de investimento a apoiar e taxas de cofinanciamento. Com base nestes pressupostos e numa lógica de proporcionalidade com a ambição da Estratégia, o montante proposto para contratualização ascende a 10.037.500€: 5.537.500€ de FEADER (55%), a que acresce 2.500.000€ de FSE (25%) e 2.000.000€ de FEDER (20%), dos quais 1.800.000€ para a PI 8.8 e 200.000€ para a 6.3. A repartição deste Montante por medida do FEADER é a seguinte:

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas - 1.000.000€ (18%)
- Pequenos investimentos na transformação e comercialização - 1.215.000€ (22%)
- Diversificação de atividades na exploração - 900.000€ (16%)
- Cadeias curtas e mercados locais - 1.125.000€ (20%)
- Promoção de produtos de qualidade locais - 250.000€ (5%)
- Renovação de aldeias - 553.750€ (10%)
- Capacitação do associativismo e voluntariado local - 493.750€ (9%)

Este exercício foi, no entanto, condicionado pela ausência de alguma informação, incluindo: (i) a tipologia de projetos elegíveis/não elegíveis em algumas Medidas (PI 8.3. e Renovação de Aldeias do PDR 2020); (ii) eventuais critérios de majoração dos incentivos; e (iii) fórmula de cálculo do indicador (pressupostos) do PO financiador (Aumento do nº esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio; e Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado). Adicionalmente, conforme mencionado nos fatores críticos, existem também aspetos de natureza mais qualitativa, que influenciaram a capacidade da EDL produzir resultados, nomeadamente os relacionados com a autonomia dos GAL na definição de critérios de seleção, a decisão de abertura de avisos de concurso e a respetiva dotação, os procedimentos associados à aprovação, entre outros. Refira-se ainda que nas metas definidas para 2018 foram considerados os projetos contratados.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

No âmbito do objetivo específico do Eixo IV da EDL da ADICES - OE3. Promover a Cooperação para o Desenvolvimento, constitui intenção deste GAL dinamizar uma ampla atuação ao nível da cooperação inter-regional e internacional, visando: criar escala e acrescentar valor a alguns produtos do território; dinamizar e capitalizar recursos; disseminar resultados e boas práticas de iniciativas e projetos locais; promover a afirmação do território em contexto nacional e internacional; realizar e apoiar intervenções integradas, sustentadas e sustentáveis em áreas problemáticas ou emergentes; capacitar atores locais para a internacionalização de recursos e serviços do território; replicar localmente projetos, práticas e comportamentos de suporte ao desenvolvimento rural. Constitui, também, intenção da ADICES criar uma “nova geração” para alguns dos projetos de cooperação de anteriores períodos (“Cooperar em Português”, “Região Solidária”, “PROVE”, “Union des Terres de Rivières”).

Propõe-se a seguinte categorização das intenções de cooperação:

1) Cooperação Inter-regional, à escala regional, dinamizada numa lógica de proximidade territorial, tendo como parceiros preferenciais os GAL limítrofes, e a convergência temática, com intervenção em áreas como a água, vinhos, gastronomia, turismo, artesanato, e outros, visando a criação de economia de escala para intervenção em áreas sinalizadas como problemáticas ou de interesse estratégico.

2) Cooperação inter-regional, à escala regional e nacional, dinamizada numa lógica de capacitação institucional dos GAL, permitindo a partilha de experiências, metodologias e dinâmicas de trabalho de suporte ao desenvolvimento local e a capitalização de conhecimentos e recursos ao nível da gestão e implementação da Iniciativa LEADER no território.

3) Cooperação internacional, no contexto europeu, dinamizada numa lógica de suporte ao crescimento inteligente, verde e inclusivo dos territórios locais. Constituem áreas temáticas preferenciais: recursos hídricos, turismo; produtos locais, e eficiência energética, prevendo-se a capitalização de recursos e conhecimentos a transferência de iniciativas e boas práticas e a sensibilização dos agentes locais e a mobilização de políticas e estratégias de desenvolvimento sustentado e integrado para o território.

4) Cooperação internacional, no contexto PALOP e CPLP, tendo como áreas temáticas de intervenção a Educação para o Desenvolvimento, a Cooperação para o Desenvolvimento, a exportação de produtos e internacionalização de empresas. Pretende-se o estabelecimento de redes de contactos e firmação de protocolos entre os diferentes países e parceiros; o reforço da identidade e cultura portuguesa em contexto de globalização e a disseminação das metodologias e dinâmicas do LEADER.

5) Cooperação internacional, particularmente junto das comunidades portuguesas emigrantes, promovendo a sua ligação com Portugal, através da exportação e a afirmação de produtos de qualidade, particularmente os agroalimentares, em contexto de circuitos longos de comercialização (lógica de mercado da saudade).

Ao nível das metas definidas para a Cooperação, pretende-se a dinamização de pelo menos um projeto por cada eixo estratégico definido na EDL, observando o cumprimento dos OÉ neles inscritos.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A PARCERIA da ADICES, com um histórico de mais de 24 anos, assenta num conjunto diverso de entidades e, constitui-se como o ponto, a partir do qual é desencadeado o processo geral de construção, acompanhamento, avaliação e execução da EDL. Esta é uma parceria formal, na qual os órgãos estatutários da ADICES incorporam as dimensões que estão previstas na regulamentação aplicável ao DLBC, para que estes prossigam com a sua função de GAL.

A implementação da EDL compete a um órgão deliberativo (A.G. ADICES), a um órgão de gestão e executivo (UGA) e a uma Equipa Técnica Local. Há ainda a considerar o Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização e a Direção, como órgão de administração e representação da associação. Passamos a descrever genericamente a composição e funções das estruturas diretamente implicadas no processo de implementação da EDL:

A Assembleia de Parceiros, composta por 51 parceiros, corresponde à A. Geral da ADICES, constitui-se como o órgão deliberativo do GAL, e detém funções definidas nos respetivos estatutos de acordo com o Código Civil.

A UGA composta por 7 entidades (um Presidente e seis membros) cooptadas de entre os membros da Assembleia de Parceiros, possui uma autonomia que lhe é conferida e reconhecida pela Direção e pela A.G., detém funções definidas na regulamentação DLBC e as que lhe são delegadas pela A. Geral. Os membros da UGA refletem a composição do GAL/ADICES e garantem uma maioria de entidades privadas (57%) – ver anexo 2. A Presidência deste órgão é assumida por um elemento da Direção da ADICES, salvaguardando-se a necessária articulação de competências e atividades com a ETL. A este órgão competem designadamente, as seguintes funções: garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL; assegurar a participação dos parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da EDL; proceder a alterações na EDL; decidir sobre as candidaturas recebidas; coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL; aprovar o «Manual de Procedimentos» proposto pela ETL; elaborar e submeter à aprovação das A. G. dos programas as propostas dos avisos de abertura de concursos; definir os critérios de seleção das candidaturas; decidir sobre as alterações dos pedidos de apoio; aprovar os relatórios de execução da EDL; alterar e aprovar o regulamento interno proposto pela ETL; analisar e aprovar as propostas de alteração à EDL e exercer quaisquer outras competências que lhe sejam delegadas pelas autoridades de gestão dos programas de financiamento. Serão acautelados eventuais conflitos de interesse, determinando-se que os membros do órgão de gestão fiquem impedidos de votar PA apresentados pelo próprio ou por entidade com a qual tenham uma relação familiar ou de domínio.

A Estrutura Técnica Local composta por um coordenador e uma equipa técnica multidisciplinar (ver anexo 2), constitui-se como uma componente essencial da execução da EDL. Importa referir que a sua estrutura funcional se encontra organizada em dois departamentos (Departamento de Planeamento e Projetos (DPP) e Departamento Administrativo e Financeiro (DAF), sob a dependência do coordenador, com esferas de competências específicas de forma a tornar mais eficaz o trabalho da equipa técnica e permitindo uma segregação de funções que salvaguarda os níveis desejáveis de transparência e de rigor na gestão de fundos públicos. Apresenta ainda as seguintes áreas funcionais: área de Análise Técnica e Financeira dos Pedidos de Apoio e de Pagamento; área de Acompanhamento Técnico e Controlo de Projeto; área de Animação e Divulgação e área da Cooperação. À ETL compete, nomeadamente: criar um conjunto de documentação de suporte à gestão da EDL (“manual de procedimentos” relativo ao processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, dos pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações); elaborar as propostas dos avisos de abertura de concurso; realizar o atendimento personalizado aos potenciais beneficiários; preparar e executar um plano de comunicação; analisar e avaliar os projetos e emitir os respetivos pareceres técnicos; analisar os pedidos de pagamento; realizar as verificações físicas aos projetos; proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica da EDL e preparar os relatórios de execução.

Por fim, importa referir de que a ADICES dispõe: de todas as condições logísticas necessárias para poder funcionar como GAL até final do período de programação, dispondo de instalações próprias e equipamentos adequados; dispõe de uma situação financeira estável (não apresentando dívidas à banca, nem a fornecedores, tem uma boa capacidade negocial) e dispõe de contabilidade organizada e apresenta, igualmente, circuitos financeiros perfeitamente definidos e transparentes, respeitando a segregação de funções.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

As atividades de Acompanhamento e Avaliação vão desempenhar um papel importante nas orientações de trabalho do GAL da ADICES em vista de uma implementação eficaz e eficiente da EDL, no âmbito do Pacto

2020 - Rotas do Desenvolvimento.

Nesta perspetiva, caracteriza: (i) esta secção do Formulário caracteriza as atividades de Monitorização/Avaliação interna, que se articulam com os procedimentos de gestão e implementação da EDL; e (ii) as atividades de Avaliação externa que, para além de se constituírem em instrumentos de suporte à gestão estratégica da EDL, também deverão assegurar uma particular articulação com as necessidades dos Planos de Avaliação dos PO financiadores (PDR 2020 e PO Regional do Centro 2014 2020). Neste último domínio, refira-se que apenas o PDR 2020 apresenta um Plano de Avaliação no qual identifica as principais entidades a envolver e as respetivas responsabilidades, estabelecendo para os Grupos de Ação Local a função de contribuir para o sistema de acompanhamento e avaliação do Programa, nomeadamente, através das seguintes atividades:

- fornecimento de informação pertinente para avaliação e acompanhamento do PDR; e
- realização de autoavaliações e monitorização das respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local.

(a) Monitorização/Avaliação interna

O modelo de governação da EDL destaca o papel da Avaliação interna contínua, realizada através das metodologias, procedimentos e instrumentos de apoio, a aplicar no âmbito da implementação os quais permitirão à Entidade Gestora apreciar regularmente a trajetória de concretização dos objetivos e metas definidas na EDL.

As metodologias, procedimentos e instrumentos de avaliação a aplicar pela Equipa Técnica do GAL ADICES, permitirão garantir uma constante e permanente monitorização e avaliação da execução da EDL, assim como sinalizar desvios e necessidades de ajustamento à Estratégia implementada e aos procedimentos adotados nas principais fases da sua gestão e implementação.

Com o objetivo de organizar as atividades de Avaliação interna, sistematiza-se os principais procedimentos e instrumentos de monitorização a realizar pelo GAL/ETL:

- Conceção e alimentação de sistema de informação contendo os dados necessários para aferir as dinâmicas de realização dos projetos e o respetivo contributo para os objetivos, resultados e metas definidos, segundo a bateria de indicadores a monitorizar;
- Realização de visitas de acompanhamento de Projetos e elaboração dos respetivos Relatórios;
- Relatórios de execução anuais globais (da Intervenção);
- Reuniões/encontros regulares da Parceria;
- Outros instrumentos que forem acordados a nível nacional ou que o GAL considere conveniente com vista a melhorar a monitorização e eficácia da Intervenção.

Os documentos e relatórios produzidos serão objeto de uma análise detalhada por parte das estruturas que integram o modelo de governação adotado na ADICES, na sequência da qual serão introduzidos os ajustamentos adequados à prossecução dos objetivos definidos mas também, à evolução da situação do território e do país. A informação recolhida assim como os ajustamentos propostos serão disponibilizados às Autoridades de Gestão dos Programas financiadores (Programa Operacional da Região Centro, PDR 2020) e à ADC e outras entidades nacionais envolvidas no acompanhamento da Intervenção DLBC.

(b) Avaliação externa

Os procedimentos de Avaliação externa da implementação da EDL, deverão permitir preparar informação empírica para responder, entre outros, aos seguintes objetivos operacionais:

- Avaliar as realizações, tendo presente a execução física e financeira da intervenção na sua globalidade, face às metas previstas;
- Avaliar os principais resultados alcançados e impactos face aos objetivos definidos, indicadores e metas propostos;
- Avaliar o desempenho da Parceria (capacidade de mobilização de recursos, capacidade de dinamização da rede de parceiros, capacidade para conduzir processos de cooperação, ...);
- Identificar os fatores internos ou externos à Parceria que condicionaram ou que, por outro lado, potenciaram a implementação da Estratégia e os respetivos resultados sobre a área de intervenção;
- Produzir conclusões e elaborar recomendações/propostas no sentido de melhor adaptar a estratégia para amplificar os seus resultados e o impacto, face aos objetivos definidos e tendo sempre presente as necessidades da área da intervenção;
- Contribuir para a avaliação do PDR 2020 e do Programa Operacional Regional Centro 2014 2020, mas também para os processos de avaliação do Acordo de Parceria.

Para uma mais adequada articulação com os procedimentos de monitorização e avaliação do PO Regional Centro, importará aguardar pela definição dos procedimentos operativos por parte deste Programa para que

a Parceria possa recolher todos os elementos necessários para dar resposta, em tempo útil, à Autoridade de Gestão.

A Rede Rural Nacional deverá dinamizar a aplicação de instrumentos, que devem ser ajustados aos objetivos específicos e às metodologias de avaliação que vierem a ser explicitadas, assegurando a “partilha e disseminação de boas práticas e resultados do acompanhamento e avaliação, bem como na capacitação para a avaliação, incluindo as estruturas técnicas dos GAL”. Este aspeto é crucial na medida em que os processos de capacitação referidos deverão contribuir para delinear orientações para os trabalhos de avaliação (auto avaliação e avaliação externa), com vantagem para a operacionalização e resultados dos mesmos.

Entre as componentes metodológicas a contemplar considera-se, desde já, as seguintes:

- Análise documental (documentos internos de programação da Intervenção e dos programas financiadores; exploração do sistema de informação; instrumentos de monitorização dos projetos e da intervenção - relatórios de visitas de acompanhamento de projetos; documentos de controlo da gestão financeira; e relatórios periódicos de execução da Intervenção);
- Análise de informação relativa à implementação das EIDT NUT III nas dimensões de intervenção em que exista articulação com os Eixos Estruturantes/Objetivos Específicos da EDL da ADICES, conforme identificados nesta Candidatura (Secção C.1.) e outras que venham a revelar-se importantes para apreciar os impactos dos diversos instrumentos de política no território de intervenção da ADICES;
- Inquirição de todos os beneficiários/promotores de projetos e entidades parceiras, através de um Questionário on-line, com incidência nas componentes avaliativas definidas;
- Realização de Entrevistas e estudos de caso a um grupo selecionado de promotores e organizações parceiras.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	ANEXO 4 - Orçamento da EDL.pdf	27/07/2015 16:08	208394907
Protocolo de parceria	ANEXO 1A - Ata da Assembleia de Parceiros.pdf	27/07/2015 15:58	208394907
Outros	ANEXO 5 - DLBC RURAL - ADICES Pacto 2020.pdf	27/07/2015 16:12	208394907
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	ANEXO 2 - Orgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local.xlsx	27/07/2015 16:05	208394907
Outros	ANEXO 3 - Esquema da EDL.pdf	27/07/2015 16:06	208394907
Protocolo de parceria	ANEXO 1B - Doc. anexos Assembleia de Parceiros.pdf	27/07/2015 16:05	208394907
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-073.pdf	30/09/2015 16:06	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-073.pdf	14/12/2015 16:18	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-073.pdf	27/07/2015 16:19	208394907